

編號：第 1012/2019 號 (刑事上訴案)

上訴人：A

日期：2019 年 10 月 17 日

主要法律問題：假釋

摘 要

上訴人被判刑的四案所觸犯的「公務上之侵占罪」、「偽造文件罪」及詐騙罪，是涉及財產性質的犯罪，其涉及四案，且犯罪性質惡劣，情節嚴重，以及有關罪行對社會安寧及法律秩序造成嚴重的負面影響。因此，對上訴人的提前釋放將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 1012/2019 號 (刑事上訴案)

上訴人：A

日期：2019 年 10 月 17 日

一、案情敘述

初級法院刑事起訴法庭在 PLC-222-16-1 °-A 卷宗內審理了被判刑人 A 的假釋個案，於 2019 年 8 月 21 日作出裁決，不批准其假釋。

被判刑人不服，向本院提起上訴，並提出有關上訴理由。¹

¹其葡文結論內容如下：

1. A decisão recorrida considera não estarem verificados os pressupostos materiais de concessão da liberdade condicional previstos nas alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 56.º do Código Penal.
2. Trata-se, no entendimento do Recorrente, de uma decisão manifestamente errada e que assenta, exclusivamente em preconceitos formados pelo Tribunal a quo a partir de factos ocorridos em momento anterior ao da condenação do Recorrente.
3. O Tribunal a quo nem sequer considerou as condições favoráveis para a concessão da liberdade condicional e, por conseguinte, negou ao Recorrente a possibilidade de se (re)inserir progressivamente na vida em sociedade, por forma a poder manter-se longe da prática de crimes. Ao negar-lhe a liberdade condicional, o Tribunal recorrido viola, assim, um verdadeiro poder-dever de facultar ao Recorrente a possibilidade de ressocialização progressiva, ainda que sob vigilância dos tribunais, negando, assim, a função re-socializadora das penas.
4. O instituto da liberdade condicional, tal como se encontra consagrado no ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau, apresenta-se como um incidente ou medida de execução da pena privativa da liberdade, principalmente orientada por objectivos político-criminais específicos inerentes às penas, relacionados com a prevenção especial positiva ou de (res) socialização dos agentes da prática de crimes, tal como expressamente previsto na parte final do n.º 1 do artigo 40.º do Código Penal.
5. Os respectivos pressupostos, formais e materiais, encontram-se previstos no artigo 56.º do Código Penal e mostram-se, in casu, inquestionavelmente verificados.

-
6. O Recorrente foi condenado, em cúmulo jurídico, na pena única de 4 anos 3 meses de prisão efectiva, tendo já completado dois terços da pena no dia 22 de Agosto de 2019, pelo que se encontram satisfeitos os requisitos formais para a concessão da liberdade condicional.
 7. O despacho recorrido considera não poder formular um juízo de prognose favorável sobre a conduta do Recorrente em liberdade, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 56.º do Código Penal.
 8. No entanto, para tal apontou apenas (i) que o Recorrente tem a falta de autocontrolo no cumprimento do Direito e (ii) na insuficiência do comportamento positivo do mesmo no estabelecimento prisional.
 9. Tratam-se de puros juízos conclusivos que não se encontram minimamente fundamentados em quaisquer factos objectivos.
 10. Por um lado, a conclusão sobre uma- suposta ausência de autocontrolo no cumprimento do Direito apenas se pode basear na consideração de factos anteriores à condenação, uma vez que, depois da mesma, nunca mais o Recorrente incorreu em qualquer comportamento desviante do Direito.
 11. Tais factos, por serem anteriores ao cumprimento da pena em que foi condenado nada dizem sobre a evolução da personalidade do Recorrente, em especial em face do efeito que sobre a mesma teve a execução da pena.
 12. Por outro lado, o Tribunal a quo limita-se a concluir pela insuficiência do comportamento positivo do Recorrente na prisão sem, contudo, justificar tal conclusão em quaisquer factos objectivos.
 13. Na ausência de tal fundamentação, o Recorrente fica sem saber porque razão o seu comportamento não se mostra suficientemente positivo, ficando, por isso, a dúvida sobre se a mesma resulta de uma pura convicção subjectiva do Tribunal.
 14. Com efeito, da decisão recorrida resulta que aquele Tribunal ignorou todas as demais circunstâncias relevantes (favoráveis) para avaliação da personalidade do Recorrente e que se encontram suportadas pelo relatório elaborado por quem acompanhou o Recorrente durante a execução da pena, bem como pelas manifestações de arrependimento que manifestou após ter interiorizado, durante a sua vida na prisão, os factos que cometeu e a respectiva gravidade.
 15. A tal acresce o facto que o Recorrente tem um conjunto de condições muito importantes para a sua reintegração na vida em liberdade, designadamente o apoio que lhe vem sendo continuamente dispensado pela sua família composta pela sua mulher e filho e seus pais, bem assim, o emprego que irá exercer logo que lhe seja concedida a liberdade.
 16. Todos estes factos foram desconsiderados pelo Tribunal recorrido e a sua ponderação inevitavelmente conduz a um juízo de prognose altamente favorável sobre a possibilidade de o mesmo poder vir a conduzir a sua vida em liberdade longe da prática de crimes, como o fazem o relatório emitido pela entidade competente.
 17. Ao desconsiderar, por completo, a evolução da personalidade do Recorrente, designadamente a posterior à respectiva condenação, o Tribunal recorrido desconsidera o critério fundamental para a formulação do juízo de prognose a que se refere o artigo 56.º, n.º 1. al. a) do Código Penal, pelo que o mesmo se mostra claramente desprovido de fundamento, devendo, por isso, ser revogado e substituído por outro que, considerando verificado o pressuposto do artigo 56.º, n.º 1. al. a) do Código Penal, conceda a liberdade condicional ao ora Recorrente.
 18. Por outro lado, mostra-se, de igual modo, completamente desprovido de fundamento o despacho recorrido na parte em que considera que a libertação do Recorrente seria

檢察院對上訴作出了答覆，並提出下列理據：

1. 囚犯 A 對刑事起訴法庭法官 閣下所作的假釋否決決定不滿並提出上訴，指刑事起訴法庭法官駁回囚犯假釋申請的批示違反了刑法典第 56 條的規定。

-
- incompatível com as com finalidades político-criminais de prevenção geral previstas no artigo 56.º, n.º 1. al. b) do Código Penal, ao relevar para tal, apenas, a circunstância e a natureza dos vários crimes cometidos pelo Recorrente.
19. No entendimento do Tribunal a quo, tais factos levam à consideração de que a libertação antecipada do Recorrente poderia eventualmente pôr em causa a expectativa da validade das normas violadas.
 20. Tais considerações partem do preconceito e têm como consequência a de que a liberdade condicional jamais funcionaria nos crimes em que o dolo ou a ilicitude fossem mais intensos.
Porém:
 21. O instituto da liberdade condicional não constitui uma liberdade antecipada, podendo ser acompanhada de deveres ou regras de conduta adequadas ao serviço das finalidades político-criminais das penas e, como tal, apresenta-se ainda como um modo específico da execução da pena de prisão.
 22. Tal instituto encontra-se orientado, principalmente, por exigências de prevenção especial positiva, funcionando as exigências de prevenção geral como um limite negativo ou travão ao funcionamento daquele instituto: estando verificados os demais pressupostos e, em particular, estando o condenado preparado para reassumir a sua vida sem cometer crimes, a liberdade condicional apenas pode ser rejeitada se a mesma se mostrar de todo incompatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social, ou seja, se a libertação do condenado, ainda que em regime condicional, for vista como intolerável pela comunidade.
 23. Nada disso está em causa nos presentes autos: o Recorrente cumpriu 2/3 da sua pena; o Tribunal a quo também não referiu qualquer facto concreto em que se mostre que a concessão da liberdade condicional pudesse trazer qualquer perturbação social ou dúvida sobre a validade e eficácia das normas jurídicas.
 24. Sendo a finalidade do regime de liberdade condicional a de criação de uma fase de transição entre a prisão e a liberdade definitiva, que facilite a ressocialização dos reclusos, só um fundamento muito claro, concreto e inequívoco que permitisse concluir que a defesa da ordem jurídica ou da paz social pudesse ser violada é que poderia permitir ao Tribunal recorrido recusar a liberdade condicional do Recorrente.
 25. O que não se verifica, pelo que não poderia o Tribunal a quo deixar de considerar verificado, do mesmo modo, o pressuposto previsto no artigo 56.º, n.º 1, al. b) do Código Penal, pelo que deverá o despacho recorrido ser revogado e substituído por outro que conceda a liberdade condicional ao ora Recorrente.

Nestes termos, e DOS mais em Direito consentidos, que V. Exa. muito doutra mente suprirá, deve dar-se provimento ao presente recurso e, consequentemente, revogar-se o Despacho Recorrido e substituí-lo por outro que decida pela concessão da liberdade condicional ao Recorrente, assim se cumprindo a consuetudine Justiça!

2. 檢察院認為囚犯不具備足夠條件被給予假釋：
3. 囚犯因多次作出犯罪行為而被判刑。
4. 鑒於刑罰的目的為一方面對犯罪行為作出阻嚇作用、預防犯罪；另一方面對犯人本身進行教育，將其改變成為一個對社會負責任的人；直至目前為止，就本具體個案而言，考慮到囚犯的人格，檢察院不肯定一旦囚犯獲釋，是否會誠實做人，不再犯罪，本院認為在此情況下提早釋放囚犯將不利於維護秩序及社會安寧。
5. 根據《澳門刑法典》第 56 條之規定，假釋必須符合以下要：
6. 形式要件：1.被判處六個月以上的徒刑；
2.實際服刑至少超過六個月及占總刑期的三分之二。
7. 實質要件：1.對重返社會表現出適當的能力；
2.對重返社會表現出適當的誠意；
3.提前釋放被判刑者切合保護法律秩序及社會安寧的要求；
4.被判刑者同意假釋。
8. 眾所周知，澳門《刑法典》第 56 條規定了給予被判刑者假釋之條件，必須同時符合形式要件和實質上要件。
9. 形式要件方面，本案中上訴人毫無疑問到目前為止已完全滿足給予其假釋之形式要件。
10. 但形式要件的滿足並不意味著囚犯就已自動獲給予假釋，還必須符合實質的要件，也就是說，法院還應分析每一個素之案件情節特別是囚犯之個人生活狀況、人格以及其重新納入社會之程度和是否會影響法律秩序社會安寧等問題以決定是否給予囚犯假釋。
11. 因此，是否批准假釋，首先要符合形式上的條件，即服刑已達

三分之二且至少已滿六個月，另外，亦須符合特別預防及一起預防的綜合要求的實質條件。

12. 在特別預防方面，法院需綜合罪犯的犯罪情節、以往的生活及人格，再結合罪犯在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表現出來的良好的行為等因素而歸納出罪犯能夠重返社會、不會再次犯罪的結論。
13. 而在一般預防方面，則需考慮維護社會法律秩序的要求，即是，綜合所有的因素可以得出罪犯一旦提前出獄不會對社會帶來心理上的衝擊，正如 Figueiredo Dias 教授的觀點，“即使是在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安定帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋”；以及所提出的，“可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。”
14. 在本案，正如尊敬的刑事起訴法庭法官指出：“考慮到囚犯所觸犯罪行的情節和性質，顯示其自控力明顯不足，守法意識薄弱，需要更長時間的觀察。此外，囚犯亦必須在其所處的監獄群體中多做一些其他正面的事情，顯現出責任感及重返社會的意願，而單憑囚犯現時在獄中的行為和表現來說，顯然不足夠。
15. 基於此，在特別預防方面，本法庭對於假釋囚犯未能作出有利的預測判斷，其並未符合《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項的實質要件。
16. 在一般預防方面，本法庭須對提前釋放被判刑人對維護法律秩

序方面所帶來的負面影響、且可能對公眾對當日被判刑人觸犯的法律條文的效力所持有的期望造成的損害，加以衡量和考慮。依據被判刑人所觸犯的多起罪行的情節和性質，本院尤其考慮到現在假釋被判刑人仍可能引起的公眾心理承受程度，實不能認為提前釋放被判刑人不會對本澳法律秩序造成負面影響。”

17. 根據囚犯所作出的犯罪社會安寧所帶來的負面影響及其人格及過去生活背景，檢察院認為囚犯不符合假釋的要求。
18. 同時，現時為止不能肯定其是否可重返社會，對於其獲釋後會否再次犯案存有疑問。因此，檢察院認為現在釋放囚犯將不利於維獲法律秩序及社會安寧。
19. 囚犯的假釋申請不符合《澳門刑法典》第 56 條假釋規定之實質要件規定。
20. 為此，檢察院認為應判處上訴人(囚犯)的上訴理由不成立，並建議維持原審法庭之裁判。
21. 請求公正審判！

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為上訴人現階段尚未具備法定的假釋條件，所以上訴理由不成立，應作出維持否決假釋申請的決定。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案中的資料顯示，下列事實可資審理本上訴提供事實依據：

1. 2011 年 9 月 30 日，上訴人於第四刑事法庭合議庭普通訴訟程序第 CR4-11-0079-PCC 號卷宗(現為第 CR5-11-0028- PCC 號卷宗)內，以連續犯方式觸犯一項《刑法典》第 340 條第 1 款及第 336 條第 2 款 c 項所規定及處罰的「公務上之侵占罪」，被判處 1 年 6 個月徒刑，暫緩執行，為期 2 年(見徒刑執行卷宗第 49 至 54 頁背頁)。
2. 2015 年 3 月 25 日，上訴人於第二刑事法庭獨任庭普通訴訟程序第 CR2-14-0544-PCS 號卷宗內，觸犯一項《刑法典》第 244 條第 1 款 b 項所規定及處罰的「偽造文件罪」，被判處 4 個月實際徒刑(見徒刑執行卷宗第 3 至 22 頁)。
3. 為此，刑事法庭於 2016 年 11 月 21 日經聽取上訴人之聲明後作出批示，決定廢止在第 CR4-11-0079- PCC 號卷宗內之緩刑，並命令實際執行上訴人在該案已被判處之 1 年 6 個月徒刑(見徒刑執行卷宗第 59 至 60 頁背頁)。
4. 2016 年 12 月 2 日，上訴人於第一刑事法庭合議庭普通訴訟程序第 CR1-15-0430-PCC 號卷宗內，因以連續犯方式觸犯一項《刑法典》第 211 條第 1 款所規定及處罰的「詐騙罪」，被判處 7 個月實際徒刑。該刑罰與第 CR2-14-0544-PCS 號卷宗之刑罰競合，上訴人合共被判處 9 個月實際徒刑(見徒刑執行卷宗第 74 至 82 頁背頁)。
5. 2017 年 12 月 5 日，上訴人於第二刑事法庭合議庭普通訴訟程序第 CR2-17-0341-PCC 號卷宗內，觸犯兩項《刑法典》第 211 條第

3 款結合第 1 款所規定及處罰的「詐騙罪」，兩罪競合，被判處 2 年實際徒刑之單一刑罰(見徒刑執行卷宗第 122 至 130 頁背頁)。

6. 上述裁決於 2018 年 1 月 8 日轉為確定。
7. 經計算，上訴人合共須服 4 年 3 個月實際徒刑。
8. 上訴人曾於 2010 年 4 月 16 及 17 日，以及 2012 年 10 月 8 日被拘留 3 日；

在 CR2-14-0544-PCS 號案件中，上訴人未曾被拘留，並自 2016 年 10 月 27 日被送往澳門監獄服刑；

在 CR1-15-0430-PCC 號案件中，上訴人未曾被拘留。

在 CR2-17-0341-PCC 號案件中，上訴人曾於 2016 年 10 月 26 及 27 日被拘留 2 日。

9. 上訴人之刑期將於 2021 年 1 月 22 日服滿所有刑期，且於 2019 年 8 月 22 日服滿申請假釋所取決之三分之二刑期(見徒刑執行卷宗第 116 至 117 頁)。
10. 上訴人仍未完全支付上述判刑卷宗所判處的訴訟費用(見徒刑執行卷宗第 167 至 169 頁)
11. 上訴人是首次入獄。
12. 上訴人在服刑期間未有申請參與獄中的學習課程。
13. 在 2017 年 10 月 26 日上訴人獲批准參加金工的職業培訓。因個人原因申請將止職業培訓，並於 2018 年 11 月 12 日獲得批准。另於 2018 年 11 月 20 日，獲批准以暫代方式參加樓層清潔的職業培訓，於 2019 年 1 月 10 日獲批准參加樓層清潔的職業培訓。
14. 根據上訴人在監獄的紀錄，上訴人在服刑期間行為表現為“良”，屬信任類，其沒有任何違反獄規的紀錄。
15. 上訴人與家人關係良好，家人時有探望。

16. 上訴人表示出獄後，將與父母及妻兒同住於澳門，並參與了在囚人釋前就業計劃，正在等候面試結果。
17. 監獄方面於 2019 年 7 月 18 日向初級法院刑事起訴法庭提交了本次假釋案的報告書。
18. 上訴人同意接受假釋。
19. 刑事起訴法庭於 2019 年 8 月 21 日的裁決，不批准上訴人的假釋，理由為：

“《刑法典》第 56 條之規定如下：

「一、當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：

- a)經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責任之方式生活而不再犯罪屬有依據者；
- b)釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。

二、假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超過五年。

三、實行假釋須經被判刑者同意。」

根據上述條文規定，是否給予假釋取決於有關的形式要件和實質要件是否同時成立。也就是說，假釋的給予並不具自動性，即使被判刑者具備了法律規定的形式要件時，也不一定能獲得假釋，還要視乎其是否也同時具備了實質要件。

假釋的形式要件是指被判刑者服刑達三分之二且至少已服刑六個月。

實質要件則指的是在綜合分析了被判刑者的整體情況並考慮到犯罪的特別預防和一般預防的需要後，法院在被判刑者回歸社

會和假釋對法律秩序及社會安寧的影響兩方面均形成了有利於被判刑者的判斷。

而即使在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安寧帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋。

因此，可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。

首先討論形式要件。

按卷宗資料顯示，囚犯合共須服 4 年 3 個月實際徒刑，為此，其將於 2021 年 1 月 22 日服滿所有刑期，且於 2019 年 8 月 22 日服滿申請假釋所取決之三分之二刑期。

因此，至 2019 年 8 月 22 日，囚犯服刑達三分之二，且已滿六個月，符合了《刑法典》第 56 條規定的假釋的形式要件。

在實質要件方面，本法庭現時對囚犯一旦被提前釋放後，其能否以對社會負責之方式生活而不再犯罪以及不妨礙維護法律秩序仍持保留態度。

根據卷宗所載資料，囚犯是因為觸犯公務上之侵占罪、偽造文件罪及詐騙而被判罪入獄。

囚犯學歷為小學程度。囚犯有賭博習慣，入獄前是一名的士司機。囚犯與家人關係良好，家人時有探望。

囚犯表示如獲得假釋，將與父母及妻兒同住於澳門，並參與了在囚人釋前就業計劃，正在等候面試結果。

根據囚犯在監獄的記錄，其屬於信任類，行為的總評價為“良”，

獄中行為良好，在 2017 年 10 月 26 日獲批准參加金工的職業培訓。因個人原因申請終止職業培訓，並於 2018 年 11 月 12 日獲得批准。另於 2018 年 11 月 20 日，獲批准以暫代方式參加樓層清潔的職業培訓，於 2019 年 1 月 10 日獲批准參加樓層清潔的職業培訓。

以上可見，囚犯在服刑期間行為良好，無任何違反監獄紀律的記錄，刑罰在特別預防方面已起到一定作用。此外，家人的支持對於其改過自新有積極作用。囚犯亦表示如獲得假釋，不會再觸犯法律。

在此，單靠意圖並不足以形成一個有利的預測判斷，必須以行動證明。必須指出的是，遵守監獄規則是服刑人必須遵守的義務，因此，在觀察其人格演變方面，必須比單純的良好行為要有更高的要求，從而顯現出責任感及重返社會的意願。

考慮到囚犯所觸犯罪行的情節和性質，顯示其自控力明顯不足，守法意識薄弱，需要更長時間的觀察。此外，囚犯亦必須在其所處的監獄群體中多做一些其他正面的事情，顯現出責任感及重返社會的意願，而單憑囚犯現時在獄中的行為和表現來說，顯然不足夠。基於此，在特別預防方面，本法庭對於假釋囚犯未能作出有利的預測判斷，其並未符合《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項的實質要件。

在一般預防方面，本法庭須對提前釋放被判刑人對維護法律秩序方面所帶來的負面影響、且可能對公眾對當日被判刑人觸犯的法律條文的效力所持有的期望造成的損害，加以衡量和考慮。依據被判刑人所觸犯的多起罪行的情節和性質，本院尤其考慮到現在假釋被判刑人仍可能引起的公眾心理承受程度，實

不能認為提前釋放被判刑人不會對本澳法律秩序造成負面影響。

因此，被判刑人仍未符合《刑法典》第 56 條第 1 款 b 項所規定的給予假釋的實質條件。

四、決定

綜上所述，本法庭認為囚犯仍未符合《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項及 b 項所規定的給予假釋的實質條件，根據《刑事訴訟法典》第 468 條的規定，決定否決囚犯 A 的假釋申請，但不妨礙《刑事訴訟法典》第 469 條第 1 款之適用。

通知囚犯、懲教管理局、社工局社會重返廳及判刑卷宗。

適時執行《刑事訴訟法典》第 467 條第 1 及第 2 款的規定。

作出必要措施。”

三、法律方面

上訴人認為已經符合假釋的條件，提出刑事起訴法庭不批准假釋的裁決違反了《刑法典》第 56 條第 1 款的規定。

現就上述上訴理由作出分析。

根據《刑法典》第 56 條規定，當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。實行假釋須經被

判刑者同意。

因此，是否批准假釋，首先要符合形式上的條件，即服刑已達三分之二且至少已滿六個月，另外，亦須符合特別預防及一般犯罪預防的綜合要求的實質條件。

在特別預防方面，法院需綜合罪犯的犯罪情節、以往的生活及人格，再結合罪犯在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表現出來的良好的行為等因素而歸納出罪犯能夠重返社會、不會再次犯罪的結論。

而在一般預防方面，則需考慮維護社會法律秩序的要求，即是，綜合所有的因素可以得出罪犯一旦提前出獄不會給社會帶來心理上的衝擊，正如 Figueiredo Dias 教授的觀點，“即使是在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安定帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋”；以及所提出的，“可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。”^[1]

本案中，上訴人已服滿刑期的三分之二，亦超過了六個月，符合形式上的條件。

上訴人為本澳居民，首次入獄。服刑期間行為表現為“良”，屬信任

^[1] In Direito Penal Português, Ao Consequências Jurídicas do Crime, 1993, pp. 538-541.

類，其沒有任何違反獄規的紀錄。上訴人在服刑其間未有申請參與獄中的學習課程，在 2017 年 10 月 26 日上訴人獲批准參加金工的職業培訓。因個人原因申請將止職業培訓，並於 2018 年 11 月 12 日獲得批准。另於 2018 年 11 月 20 日，獲批准以暫代方式參加樓層清潔的職業培訓，於 2019 年 1 月 10 日獲批准參加樓層清潔的職業培訓。

上訴人與家人關係良好，家人時有探望。上訴人表示倘若獲准提早出獄，將與父母及妻兒同住於澳門，並參與了在囚人釋前就業計劃，正在等候面試結果。

上訴人被判刑的四案所觸犯的「公務上之侵占罪」、「偽造文件罪」及詐騙罪，是涉及財產性質的犯罪，其涉及四案，且犯罪性質惡劣，情節嚴重，以及有關罪行對社會安寧及法律秩序造成嚴重的負面影響。因此，對上訴人的提前釋放將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望。

此外，上訴人尚未作出其應承擔的賠償，未能顯示其有強烈意願為所犯之過錯及相關受害人作出承擔及補償。

考慮上訴人的過往表現，雖然上訴人在服刑期間行為良好，在主觀意識方面的演變情況顯示有利的徵兆，但這並不能當然地等同於上訴人假釋出獄後不會對社會安寧及法律秩序造成危害。這不單取決於上訴人的主觀因素，更重要的是要考慮這類罪犯的假釋所引起的消極社會效果，假釋決定使公眾在心理上無法承受，以及對社會秩序產生一種衝擊等負面因素。因為在公眾心理上仍未能接受上訴人被提前釋放時便作出假釋決定將是對公眾的另一次傷害。

故此，上訴人仍未具備所有的假釋條件，尤其是《刑法典》第 56 條

第 1 款 a)及 b)項所規定的條件，其上訴理由不能成立，而被上訴裁決應予以維持。

因此，上訴人提出的上訴理由不成立。

四、決定

綜上所述，本合議庭決定判處上訴人 A 的上訴理由不成立，因而維持原審法院的裁決。

判處上訴人繳付 3 個計算單位之司法費，上訴的訴訟費用。

訂定上訴人辯護人辯護費為澳門幣 1,800 圓。

著令通知。

2019 年 10 月 17 日

譚曉華 (裁判書製作人)

蔡武彬 (第一助審法官)

司徒民正 (第二助審法官)